

MEMÓRIAS DA CONSTITUINTE NO LARGO DE SÃO FRANCISCO: 30 ANOS DEPOIS

Trinta anos atrás o Brasil ganhava uma nova Constituição, com a qual atingia o ápice o movimento pelo restabelecimento do Estado de Direito no País: uma Lei Maior, que, a despeito das muitas polêmicas e divergências conceituais que suscitava, foi, em sua essência, um acontecimento de alto significado na vida política e jurídica nacional. Foi cognominada “Constituição-Cidadã” pois tinha como ideal recolocar o povo brasileiro como protagonista de uma nova ordem jurídica, fundamentada em princípios democráticos.

Por diversas maneiras, a Faculdade de Direito atuou em todo o processo de redemocratização nacional, desde o final dos anos 1970 até a promulgação da Constituição de 1988.

Vários de seus professores deram contribuições fundamentais para os debates, na condição de juristas, com obras e artigos escritos no calor do processo de proposição e elaboração da Constituição e como assessores parlamentares ou conselheiros; também com explanações em sala de aula, diálogo com os alunos ou engajamento em movimentos e projetos políticos.

Os estudantes, em especial por sua atuação no Centro Acadêmico XI de Agosto, participaram de debates e da mobilização nacional, por causas gerais ou específicas, em defesa da democracia.

Onze Antigos Alunos foram parlamentares constituintes, atuando diretamente como senadores ou deputados, nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A Presidência da Constituinte coube ao Antigo Aluno **Ulysses Guimarães**, da Turma de 1940.



Obras publicadas por professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo sobre a Constituinte e a Constituição de 1988. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito. Foto: Hideo Suzuki



A Redemocratização do País: Emerge o Projeto de uma Nova Constituição

Foi no próprio contexto da Ditadura instaurada pelo golpe de 1964 que tiveram início as lutas pela reconstitucionalização democrática do país, em diversas frentes. Já em 1967, o VI Congresso Nacional do PCB (Partido Comunista Brasileiro), reunido clandestinamente, aprovava a tese de adoção de uma Constituição democrática. Em julho de 1971, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro, único partido oficial de oposição ao regime), aprovava a chamada Carta de Recife com o projeto de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 1974, a V Conferência Nacional da OAB defendia a reconstitucionalização democrática.

A luta para a redemocratização ganha densidade com participação crescente da sociedade civil, culminando na campanha pelas Diretas-Já, em 1984, que defendia a realização imediata de eleições, com a participação de todos os cidadãos brasileiros adultos. As eleições acabaram sendo indiretas, tendo como eleitores apenas os membros de um colégio eleitoral composto por deputados e senadores, mas a Constituinte foi convocada e se instalou.

Entre 1º de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988, esteve reunida a Assembleia que elaborou a nova Constituição. Naquele contexto, não prosperou uma Constituição projetada por notáveis. Vingou a expressiva mobilização e participação popular em meio ao mosaico de agremiações partidárias, de porta-vozes dos poderes institucionais (Presidência, Judiciário, Ministério Público), de grupos de interesse variados. A especificidade desse processo contrastou com uma história constitucional em que haviam predominado cartas outorgadas e constituições concebidas por notáveis, com reduzida participação pública.



Em 25 de janeiro de 1984, cerca de 300 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé, pelo movimento das Diretas Já.
Foto: Acervo da Associação Brasileira de Anistiados Políticos



Ato pelas Diretas Já no Vale do Anhangabaú, 19/4/1984.
Foto: J.C. Brasil / CPDOC

A Proposta de uma Nova Constituição (1985-1986)

O primeiro Governo após o regime militar foi eleito indiretamente, em 1985, por um colégio eleitoral constituído por deputados e senadores. O Presidente da República eleito, Tancredo Neves, era formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e o Vice-Presidente, José Sarney, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão.

Logo após a vitória, Tancredo Neves, num discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 15 de janeiro de 1985, lançou oficialmente o debate sobre o projeto de uma nova Constituição brasileira. Com a morte inesperada de Tancredo, antes mesmo de tomar posse, o cargo foi assumido por Sarney, que deu sequência àquele compromisso, nomeando uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos de Melo Franco, que já havia sido indicado por Tancredo Neves, para organizar um anteprojeto de Constituição.

Uma lista de 33 nomes que Tancredo tinha definido para a comissão que deveria elaborar o anteprojeto foi revelada posteriormente ao seu falecimento. Incluía quatro professores da São Francisco – **Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato, José Afonso da Silva** e **Miguel Reale Jr.** – e mais um de seus Antigos Alunos, **Arnaldo Malheiros**.

A Comissão efetivamente nomeada por José Sarney era composta por 50 membros, dentre os quais quatro professores da São Francisco – **José Afonso da Silva, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, Miguel Reale** e **Miguel Reale Júnior**.

O trabalho desenvolvido por esta Comissão, que ficou conhecida como “Comissão dos Notáveis” ou “Comissão Arinos”, resultou no Anteprojeto publicado em setembro de 1986, o que possibilitou que exercesse influência no processo constituinte, embora o texto não tenha sido formalmente enviado à Assembleia.



Matéria publicada no jornal O Globo, 30/5/1985.

Foto: Hideo Suzuki



Quem tem medo da Constituinte é uma obra de **Flávio Bierrenbach** que fala deste período. Antigo Aluno da São Francisco, em 1985 exerceu a função de relator da Comissão Mista do Congresso Nacional que analisou o projeto do governo para convocação e instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, propondo em seguida um projeto substitutivo. À época, esse substitutivo gerou grandes reações a favor e contra.

O Sistema de Realização dos Trabalhos na Constituinte (1987-1988)

**“Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas.
A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar.”**
(palavras constantes do discurso de posse de Ulysses Guimarães como
Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, aos dois de fevereiro de 1987).

A Constituição foi elaborada, entre 1987 e 1988, por um Congresso Constituinte, não por uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, tendo em vista que seus membros exerceriam, cumulativamente, as duas funções, como legisladores ordinários e constituintes, nos termos da Emenda Constitucional nº 26, de 27.11.1985.

Emenda Constitucional nº 26, de 27.11.1985

“Art. 1º Os Membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art. 2º. O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu Presidente.

Art. 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte”.

De acordo com o determinado pela referida Emenda Constitucional, a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional, em sessão conjunta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Coube ao então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves (antigo aluno), a instalação e direção da sessão de eleição do seu presidente, tendo sido eleito, em seguida, como seu Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães.

Da Constituinte participaram os parlamentares escolhidos no pleito de 15 de novembro de 1986, bem como os senadores eleitos quatro anos antes, que ainda se encontravam no curso de seus mandatos, totalizando 559 membros, sendo 487 deputados federais e 72 senadores, reunidos unicameralmente.



Comemoração dos Constituintes pela aprovação do Presidencialismo no Brasil. Foto: Moreno/Arquivo/Agência Brasil

O processo constituinte foi distribuído em subcomissões temáticas (que elaborariam os dispositivos constitucionais por temas), comissões temáticas (responsáveis pela organização dos capítulos, por temas) e comissão de sistematização (que elaboraria os títulos, a sistematização dos dispositivos aprovados pelas comissões temáticas e criaria o Projeto de Constituição).

A Constituição foi promulgada aos 5 de outubro de 1988, após aprovação de seu texto em dois turnos, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.

**Não é a Constituição perfeita, mas será útil,
pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de
lâmparina, na noite dos desgraçados.**

(Ulysses Guimarães – discurso proferido na Sessão solene da Câmara dos Deputados, aos cinco de outubro de 1988, ao ensejo da Promulgação do novo texto constitucional – publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte)

Assembleia Nacional Constituinte. Foto: Acervo O Globo



Cronologia da Constituinte – 1987

1º de fevereiro de 1987

Instalação da Assembleia Nacional Constituinte, convocada durante o processo de transição democrática no País. Contava com 559 constituintes.

25 de março de 1987

Publicação da Resolução no 2/87 – Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, estabelecendo as normas para o seu funcionamento.

1º de abril de 1987

Instalação das 8 Comissões Temáticas (Comissão da Organização do Estado; Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo; Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições; Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; Comissão da Ordem Econômica; Comissão da Ordem Social; Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e Comissão de Redação).

7 de abril de 1987

Instalação das 24 Subcomissões Temáticas. O texto da Constituição de 1988 emergiu das discussões ocorridas nas Subcomissões Temáticas. Após sua aprovação, o texto seguia para a Comissão Temática respectiva, onde eram elaborados os capítulos por temas.

9 de abril de 1987

Instalação da Comissão de Sistematização, composta por 93 membros. Seu propósito era elaborar o projeto da Constituição que seria usado como base para discussão e votação em primeiro turno.

15 de junho de 1987

Término do prazo para encaminhamento dos anteprojetos das comissões temáticas

26 de junho de 1987

Entrega do Anteprojeto de Constituição – Comissão de Sistematização

9 de julho de 1987

Entrega do projeto de Constituição – Comissão de Sistematização

18 de novembro de 1987

Término da votação do 1o e 2o substitutivos da Comissão de Sistematização

24 de novembro de 1987

Entrega do Projeto “A”, aprovado na Comissão de Sistematização, com 335 artigos.



Cronologia da Constituinte – 1988

6 de janeiro de 1988

Publicação da Resolução no 3/88 – Alteração do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, com normas para viabilizar a entrega do projeto da Constituição pela Comissão de Sistematização.

5 de julho de 1988

Entrega do Projeto “B”, que continha, na sua essência, o projeto estruturado pela Comissão de Sistematização, com as emendas coletivas e individuais.

8 de setembro de 1988

Entrega do Projeto “C”, para ser encaminhado à Comissão de Redação, a fim de corrigir a linguagem e adequar o texto à técnica legislativa.

22 de setembro de 1988

Aprovação do Projeto “D” – Redação Final. Na 1.021ª votação, o Projeto de Constituição “D” foi aprovado pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte

5 de outubro de 1988

Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil.



Ulysses Guimarães

(Rio Claro/SP, 6 de outubro de 1916 – Angra dos Reis/RJ, 12 de outubro de 1992).
Turma de 1940 da Faculdade de Direito da USP.

Como estudante (1936-1940): foi membro da Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto em 1939, como 1º Orador; Presidente da Associação Acadêmica “Álvares de Azevedo”; Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi o orador na solenidade de formatura da Turma de 1940, na qual registrou: “... Quando ainda em meio da jornada fomos testemunhas de eventos jurídicos de excepcional magnitude, como a promulgação da Constituição de 1937 e dos Códigos Penal e de Processo Civil, estes procurando equilíbrio difícil entre os exageros vanguardistas de certas tendências hodiernas e o lastro pesado e caturro da rotina. De outro lado, o suceder ininterrupto de leis trabalhistas, determinando a criação de mais uma cadeia e introduzindo na estruturação social do Brasil mutações verticais de tal profundidade, que a experiência vem sendo focada pelas lentes perscrutadoras da curiosidade científica do mundo civilizado. ...”

Como parlamentar constituinte: deputado federal, participou da Assembleia Nacional Constituinte na qualidade de Presidente, exercendo de fato uma liderança decisiva em todo o processo de trabalho para a formulação da nova Constituição.



Ulysses Guimarães, 1938.
Foto: Acervo O Globo



Faculdade de Direito/USP

Foto: Hideo Suzuki



Foto: Célio Azevedo



Severo Gomes

(São Paulo/SP, 10 de agosto de 1924 – Angra dos Reis, 12 de outubro de 1992).
Turma de 1947 da Faculdade de Direito da USP.

Como estudante (1943-1947): signatário do *Manifesto à Nação* (1943), contra o Estado Novo, foi um dos fundadores da Frente Acadêmica pela Democracia, um partido acadêmico que disputou as eleições para o Centro Acadêmico em 1944. Não venceu mas representou oposição aos dois outros partidos, que eram dominantes e apoiavam o Governo Vargas.

Como parlamentar constituinte: senador, participou da Constituinte como relator da Comissão da Ordem Econômica, membro titular da Comissão de Sistematização e suplente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social.

Faculdade de Direito/USP



Foto: Célio Azevedo/Senado Federal



Wilson Martins

(Campo Grande /MT, 21 de junho de 1917 –
Idem, 13 de fevereiro de 2018).
Turma de 1939 da Faculdade de Direito da USP.

Como estudante (1935-1939): nesse período, entre 1935 e 1936, exerceu funções de censor, convertendo-se às teses da esquerda (*de acordo com a Folha de S. Paulo, apud* CPDOC.FGV).

Como parlamentar constituinte: senador, participou da Constituinte como membro da Comissão de Sistematização.

Faculdade de Direito/USP



Foto: Roberto Hígal



Faculdade de Direito/USP

Foto: Acervo Diário do Grande ABC



Faculdade de
Direito/USP



Tito Costa

(Torrinha/SP, 31 de dezembro de 1922).
Turma de 1950 da Faculdade de Direito da USP.

Como estudante (1946-1950): concomitantemente aos estudos, trabalhou como secretário da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI).

Como parlamentar constituinte: deputado federal suplente, assumiu o mandato em junho de 1987, alguns meses após o início dos trabalhos da Constituinte. Dela participou como membro da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, e suplente da Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, tendo atuado ainda como membro da Comissão de Redação.

Roberto Rollemberg

(Campinas/SP, 4 de julho de 1929 – Jales/SP, 11 de fevereiro de 1995). Turma de 1954 da Faculdade de Direito da USP.

Como estudante (1950-1954): recém-formado, elegeu-se vereador em Jales, no interior do Estado de São Paulo, iniciando então sua carreira política.

Como parlamentar constituinte: deputado federal, participou da Constituinte como membro titular da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios da Comissão da Organização do Estado e, como suplente, da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

Faculdade de Direito/USP



Faculdade de
Direito/USP



Foto: Acervo Memória Quêrcia



Plínio de Arruda Sampaio

(São Paulo/SP, 26 de julho de 1930 – idem, 8 de julho de 2014).
Turma de 1954 da Faculdade de Direito da USP.

Como estudante (1950-1954): presidente da Juventude Universitária Católica.

Como parlamentar constituinte: deputado federal, participou da Constituinte como vice-líder do PT (Partido dos Trabalhadores), relator da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, membro titular da Comissão de Sistematização, da Comissão de Redação e suplente da Subcomissão dos Municípios e Regiões, da Comissão da Organização do Estado. Firmou-se como liderança da esquerda moderada, vinculada à Igreja católica progressista.

Faculdade de Direito/USP



Faculdade de Direito/USP



Foto: Acervo Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



Faculdade de Direito/USP



1977. Foto: Floriano Bastos Filho/Diários Associados



Faculdade de Direito/USP

Samir Achoa

(Vera Cruz/SP, 6 de setembro de 1933 – São Paulo/SP, 3 de julho de 2008).
Turma de 1959 da Faculdade de Direito da USP.

Como estudante (1955-1959): recém-formado, já era radialista, além de advogado.

Como parlamentar constituinte: deputado federal, participou da Constituinte como membro da subcomissão dos Direitos Políticos e Coletivos, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e na condição de suplente, da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

José Yunes

(São Paulo, 23 de agosto de 1936).
Turma de 1961 da Faculdade de Direito.

Como estudante (1957-1961): foi membro do movimento universitário de desfavelamento (MUD); participou da primeira caravana de integração nacional, com destino a Brasília, recém-fundada, em 1960.

Como parlamentar constituinte: deputado federal suplente, só assumiu o mandato em 11 de julho de 1988, já no final do processo.



Faculdade de Direito/USP



Faculdade de Direito/USP

2016. Foto: Acervo Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



Michel Temer

(Tietê/SP, 23 de setembro de 1940).
Turma de 1961 da Faculdade de Direito da USP.

Como estudante (1957-1961): foi membro da Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto em 1960, como 2º Tesoureiro. Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica (PUCSP), em 1974.

Como parlamentar constituinte: deputado federal, participou da Constituinte como membro da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, titular da Comissão de Redação e suplente da Comissão de Sistematização.



Faculdade de Direito/USP



Faculdade de Direito/USP



Michel Temer. S.d. Foto: Assessoria de Michel Temer



Faculdade de Direito/USP

Faculdade de Direito/USP



Foto: Perfil do Facebook

Caio Pompeu de Toledo

(São Paulo/SP, 3 de maio de 1943 – idem, 4 de junho de 1994).
Turma de 1967 da Faculdade de Direito da USP. Formou-se também em Economia, sociologia e política na Universidade de Harvard (EUA).

Como estudante (1963-1967): em 1965 concorreu à presidência do Diretório Central de Estudantes da USP.

Como parlamentar constituinte: deputado federal, participou da Constituinte como membro da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e, como suplente, da Subcomissão do Poder Legislativo da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Fábio Feldman

(São Paulo/SP, 14 de maio de 1955).
Turma de 1979 da Faculdade de Direito da USP. Formou-se também em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Como estudante (1975-1979): foi Vice-Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto em 1979.

Como parlamentar constituinte: deputado federal, participou da Constituinte como primeiro-vice-presidente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, da Comissão da Ordem Social, e suplente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. É considerado o principal responsável pela inclusão de um capítulo sobre meio ambiente na Constituição de 1988.



Faculdade de Direito/USP



2012. Foto: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PARTE III. NA SÃO FRANCISCO

Sessão Solene na Faculdade de Direito: Avaliação da Nova Constituição

No ano de 1988, por ocasião das comemorações do dia 11 de agosto, **Sydney Sanches**, Antigo Aluno da Turma de 1959 e então Ministro do Supremo Tribunal Federal, proferiu uma conferência sobre as alterações no Direito nacional que seriam consolidadas com a nova Constituição, que em breve seria promulgada. O Diretor da Faculdade, **Dalmo Dallari**, sublinhou a importância da formação jurídica para a governança do país.



12/8/1988. Jornal O Estado de S. Paulo

O Centro Acadêmico XI de Agosto e os Movimentos em Torno da Constituinte

Com sua longa tradição de atuação nos principais movimentos políticos do País e ainda mais no caso de um projeto que significava o restabelecimento de uma ordem jurídica democrática, o Centro Acadêmico XI de Agosto participou de todo o processo que antecedeu a instalação da Constituinte e, depois, de seus desenvolvimentos ao longo dos dois anos em que a nova Constituição foi elaborada. Promovendo seus próprios eventos ou interagindo com movimentos que se organizavam no plano nacional, esteve presente nas principais iniciativas relacionadas àquele momento único na vida brasileira.

Entre as diversas iniciativas, o *Ciclo de Debates Constitucionais*, organizado em 1984 pela seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, o Instituto dos Advogados de São Paulo, a Faculdade de Direito da USP e o Centro Acadêmico XI de Agosto. Outra delas foi o *Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte*, movimento estruturado em 1987 em todo o País, que visava à fiscalização dos trabalhos da Constituinte e a criação de canais e meios para real participação dos cidadãos no processo constitucional. Plenários foram organizados para coletar assinaturas para algumas propostas e outras mobilizações, com forte atuação do XI de Agosto nesse processo. Naquele período, com o apoio da Direção da Faculdade, a Sala do Estudante ganhou temporariamente o nome de Sala da Constituinte, tornando-se um centro para recepção de sugestões que poderiam ser ali entregues por todo e qualquer cidadão. Essas sugestões eram a seguir encaminhadas à Assembleia Constituinte.



No Pátio da Faculdade, Otávio Pinto e Silva (o mais à esquerda, da Turma de 1987 e atualmente professor da Faculdade de Direito), com Marcio Thomaz Bastos (Turma de 1958) e Fernando Haddad (Turma de 1985), na luta pela Constituinte, em 1985. Centro Acadêmico XI de Agosto, gestão The Pravda. Arquivo pessoal de Otávio Pinto e Silva.

Folhetos do C.A. XI de Agosto. Faculdade de Direito/USP



PARTE IV. A CONSTITUIÇÃO PROMULGADA

A Constituição Coragem*

Ulysses Guimarães

O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto, sem cidadania.

A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País.

Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem.

Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança.

É a Constituição Cidadã.

Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar.

A Constituição nasce do parto de profunda crise que abala as instituições e convulsiona a sociedade.

Por isso mobiliza, entre outras, novas forças para o exercício do governo e a administração dos impasses. O governo será praticado pelo Executivo e o Legislativo.

Eis a inovação da Constituição de 1988: dividir competências para vencer dificuldades, contra a ingovernabilidade concentrada em um, possibilita a governabilidade de muitos.



Ulysses Guimarães apresenta aos brasileiros a nova Constituição.
Foto: Agência Brasil

É a Constituição Coragem.

Andou, imaginou, inovou, ousou, ouviu, viu, destróçou tabus, tomou partido dos que só se salvam pela lei.

A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevivem para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça.

* Os vinte e cinco mil primeiros exemplares da Constituição Federal editados pelo Centro Gráfico do Senado Federal veicularam esse texto como uma espécie de prefácio. O texto foi suprimido das demais tiragens sob a argumentação de que não havia sido votado.

MEMÓRIAS DA CONSTITUINTE NO LARGO DE SÃO FRANCISCO: 30 ANOS DEPOIS



Final das votações da nova carta constitucional. 22/9/1988.
Foto: Arquivo/Senado Federal

Bibliografia e Fontes

ABREU, Alzira Alves de (coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. 5v.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *História Constitucional Brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Arquivo.

JORNAIS: *Diário da Constituinte*; *Folha de S. Paulo*; *O Estado de S. Paulo*; *O Globo*.

MACHADO JR., Armando Marcondes. *Centro Acadêmico XI de Agosto: Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Mageart, 2008. 7v.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Créditos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Vahan Agopyan, Reitor

Antonio Carlos Hernandez, Vice-Reitor

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Floriane de Azevedo Marques Neto, Diretor

Celso Fernandes Campilongo, Vice-Diretor

COMISSÃO DO MUSEU

Ivette Senise Ferreira, Presidente

Ignacio Maria Poveda Velasco, Vice-Presidente

Heloisa Maria Silveira Barbuy

Maria Cristina da Silva Carmignani

Samuel Rodrigues Barbosa

Servidores

Maria Lucia Beffa

Maria Luiza Mello Isern

Hideo Suzuki

Entidades

José Carlos Madia de Souza (Associação dos Antigos Alunos)

COLABORAÇÃO

Tatiane Gomes da Silva (Bolsista de Graduação)

ASSESSORIA MUSEOLÓGICA

Julio Abe Wakahara

ARTES GRÁFICAS

Claudio Wakahara

PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO

Harpia Produções – Haroldo Kinder

Fernanda Scalvi